

“TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLETINDO SOBRE O COMPROMISSO SOCIAL DO HISTORIADOR”

Antonio de Pádua Bosi
Rinaldo José Varussa¹

Resumo: este artigo busca estabelecer e analisar alguns elementos constituídos pelas dissertações defendidas no primeiro semestre de 2008, no mestrado em História da UNIOESTE, vinculadas à linha “Trabalho e movimentos sociais”, no que se refere às relações do historiador com a sociedade, bem como com as perspectivas políticas constituídas no trabalho daquele profissional, notadamente, no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: relação história-sociedade, trabalho e movimentos sociais.

Abstract: this article seeks to analyze some elements constituted by dissertations had held in Master’s History in the first semester of 2008. They are linked the “Work and Social Movement” line, with reference to relationship between historian and society, as well as with politic perspective constituted in the job of that professional, notably in the contemporary Brazil.

Keywords: history – society relationship; work and social movements.

No primeiro semestre de 2008, o Programa de Mestrado em História da Unioeste teve a satisfação de ver defendidas as suas primeiras dissertações.

A linha de pesquisa “Trabalho e Movimento Social” contribuiu com 5 daquelas defesas, o que nos possibilitou, ao longo daquelas atividades, algumas reflexões e avaliações, parte das quais buscaremos compartilhar neste artigo.

Nestas reflexões, é possíveis estabelecer alguns pontos de intersecção entre os trabalhos, mas também algumas particularidades, em relação às quais, inicialmente, nos ateremos.

Defendida em 12 março, a dissertação “*Nóis era umas escravas! E se a gente não briga? Era pió*”, produzida por Adriana Carvalho de Medeiros nos colocava, inicialmente, o desafio de trabalhar um tema, no qual a bibliografia é bastante vasta, tendo sido amplamente debatido nas décadas de 1980 e 1990, qual seja as experiências da militância operária no ABC paulista e na Grande São Paulo, no período da ditadura militar.

Centrando-se na trajetória de um grupo de mulheres que militaram,

¹ Os autores são professores do Programa de Mestrado em História da Unioeste e membros da linha de pesquisa “Trabalho e movimentos sociais”.

principalmente, nos sindicatos dos metalúrgicos e nas oposições sindicais daquela região, ao longo da sua investigação Adriana nos possibilitou pensar numa dimensão marcante do trabalho do historiador que são os sentidos que o tempo vivido por este atribui ao passado.

Dialogando com um expressivo corpus documental produzido durante o período de atuação nas organizações operárias daquelas mulheres, foram as entrevistas realizadas com estas pessoas que contribuíram com a investigação daqueles materiais e período, como acompanhar e interpretar o redimensionamento daquela militância a partir das situações e embates vividos no presente.

Em particular e neste sentido, as lutas travadas a partir da militância sindical, nas décadas de 1970 e 1980, assumem, no presente, o papel de argumento numa outra luta – a da obtenção de indenizações e aposentadorias – tendo como uns dos campos de luta não mais os sindicatos, mas em outras instituições, como, por exemplo, a Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC Paulista. Esta organização reúne pessoas que foram indenizadas com as aposentadorias decorrentes da perseguição política nos anos da ditadura militar e que, dado o caráter seletivo – diriam algumas das entrevistas, excludente –, é um dos focos das disputas no presente.

Como foi destacado, tanto na banca de qualificação – que contou com a participação da Profa. Yara Aun Houry (PUC-SP) -, quanto na de defesa – na qual esteve presente o Prof. Paulo Roberto de Almeida (UFU) -, os elementos presentes no trabalho da Adriana Medeiros nos permitem restabelecer uma reflexão, compartilhada há muito por parte da historiografia e pelas experiências dos trabalhadores: a luta dos trabalhadores faz-se pontualmente, em diferentes conjunturas e contra adversários diversos. Nesta luta, podem se apresentar, por vezes, vitórias pontuais ou individuais, mas, viver situações de perda e expropriação, é uma dimensão da classe que, enquanto classe, se apresenta irresoluta pela própria lógica que fundamenta a sociedade capitalista, qual seja a preponderância do mercado como referência da produção e organização do trabalho.

A dissertação de Elen Patricia de Jesus Silva Davi, “Trabalhadores na fronteira”, sobre os processos de constituição dos trabalhadores que atuam no comércio de mercadorias vindas do Paraguai, conhecidos como “sacoleiros” e “laranjas”, nos permitiu refletir sobre a luta daqueles sujeitos nas tentativas de permanecerem no mercado de trabalho, luta esta caracterizada por uma expressiva ambigüidade. Esta ambigüidade, que dá também um duplo sentido ao conceito “fronteira” do título da dissertação, apresenta-se nas disputas que dimensionam a vida daqueles sujeitos que, por um lado, são tidos como contraventores, não raro marginais por parte da sociedade, como, por exemplo, a receita federal, e, por outro, colocam-se como parte integrante, imprescindível e dinamizadora da economia local e nacional.

Nas narrativas destes trabalhadores aquela ambigüidade assume igualmente um duplo caminho quando estes trabalhadores legitimam sua atuação, seja pelo estabelecimento da necessidade que tem de trabalhar – e o fazem se diferenciando de outras atividades tidas como marginais, como o roubo, por exemplo -, seja pela construção da importância do seu trabalho do qual prescindiram amplos setores da sociedade de Foz do Iguaçu, como o do turismo.

Na constituição de suas atividades, Elen Davi destaca ainda a construção dos espaços da cidade, bem como as tensões e disputas que marcam as tentativas de alocação que fazem aqueles trabalhadores, o que os leva a constituição de seus territórios e, por vezes, a sua perda.

A disputa pelo espaço também está presente na pesquisa de Judite Veranisa Schmitt, “Os atingidos por Itaipu”, que investiga e discute as trajetórias dos moradores, em sua maioria pequenos proprietários rurais, que tiveram suas propriedades desapropriadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Em tempos em que se discute efusivamente o papel das hidrelétricas como “forma limpa” de produção de energia, o trabalho de Judite permite discutir os sentidos e resultados concretos presentes na sociedade em relação àquela matriz energética, notadamente, pela expropriação causada às pessoas e a seletividade de seus “benefícios”. Neste sentido, os elementos apresentados por Judite Schmitt permitem refletir sobre os processos de constituição da memória, no que se refere àquela enquanto um campo de disputa inconcluso.

Este campo e no que se refere ao processo vivido pelos sujeitos naquelas situações ditadas pela construção da hidrelétrica, se caracteriza no trabalho de Schmitt pautado pelas diferentes tendências que se fizeram presentes na luta dos expropriados, que longe de representarem a configuração de um movimento, apresentavam uma diversidade de perspectivas e projetos políticos, inconclusos e em tensão ainda no presente.

As dissertações de Maralice Maschio e Odirlei Manarin tem como eixo central das investigações os processos de constituição das relações de trabalho.

A primeira, “Experiências dos trabalhadores das Lojas Pernambucas”, partindo do processo de formação e consolidação das Lojas Pernambucas, a autora estabelece, ao longo de quase século, diferentes “reestruturações produtivas” pelas quais aquela empresa passou.

De um pequeno armazém que atendia os trabalhadores da Cia. de Tecidos Paulista da família Lundgren, em Pernambuco, passando por uma loja de confecções e tecidos, à uma grande central de vendas diversas, o que inclui a parte de financiadora, redimensionar as relações de trabalho foi os motes da constituição da empresa.

Neste sentido, uma das contribuições do trabalho de Maralice, ao

centrar-se nas décadas de 1970 a 2000 e na loja de Marechal Cândido Rondon, é problematizar, num diálogo com outros autores, aquela categoria – “reestruturação produtiva” –, seja na especificidade estabelecida por parte da sociologia do trabalho, que emprega o conceito em relação a uma determinada fase do capitalismo, seja enquanto um mero projeto do empresariado, implantado racional e verticalmente por aqueles nas dinâmicas da produção. Assim, o que Maralice discute ao longo do seu trabalho, é que as mudanças nas formas de produzir e comercializar, vividas nos mundos dos trabalhadores e no que se refere ao capitalismo, são uma constante, senão a própria razão de ser daquela modo de produção. Ao mesmo tempo, aquelas mudanças não são pautadas unilateralmente, mas se permeiam e fazem-se nas tensões e relações entre as classes em luta, sendo que os trabalhadores também são sujeitos nas constituições e definições existentes no processo de produção.

A pesquisa de Odirlei Manarin coloca mais uma vez a Hidrelétrica de Itaipu em pauta. No entanto, desta feita investigando e discutindo, em “Peões da barragem”, as memórias e as relações de trabalho vividas e pautadas pelos trabalhadores durante a construção daquela usina. Contrapondo-se ao enaltecimento populista que firma uma colaboração daqueles “heróis barrageiros”, em voga tanto na historiografia quanto na própria propaganda da empresa, que reeditam de forma travestida, notadamente no seu sentido político, o famoso poema de Bertold Brecht, Manarin discute as trajetórias daqueles trabalhadores, o que permite refletir sobre os sentidos constituídos por estes em relação à decantada “maior hidrelétrica do mundo”, ícone faraônico da ditadura militar.

Em seu conjunto, estas pesquisas nos permitiram refletir sobre os significados da nossa produção e, principalmente, sobre o papel do historiador.

Considerando a trajetórias das pesquisas e de seus produtores, os vínculos sociais que trazem e que, em grande medida, os levou aos temas, pareceu-nos oportuno ligar aquela produção às motivações e questionamentos políticos e sociais que nos vem movendo enquanto profissionais, atuando no ensino e na pesquisa em História.

Neste sentido, retomamos um diálogo com outros momentos e experiências que marcaram nossas trajetórias e formação.

Destacamos aqui um desses momentos, exponenciado nas discussões pautadas pelo historiador Jean Chesneaux., que, em 1976, em “Du passé faisons table rase?”, compelia os historiadores a pensar a suas práticas e vínculos, fustigando-os com a formulação de “que a história era importante demais para ficar exclusivamente nas mãos dos historiadores”.

A argumentação que fundamentava tal provocação recolocava a história como uma prática social, que na inversão da relação passado – presente produzida pela historiografia “no campo do poder”, visava a problematização

dos tempos vividos num diálogo com as experiências passadas, buscando com isso a construção de uma sociedade constituída a partir dos que Chesneaux denominava “grupos dominados em luta”.

Esta denominação não é um vago exercício neológico. Como ressalta Marco Antonio da Silva, ao conceituar a contraposição à sociedade priorizada pelo mercado com aquela categoria, Chesneaux abarcava um conjunto de sujeitos para além dos operários e do campesinato, ou seja, todos os que se situava em luta contra aquela organização social e, portanto, numa luta constituída em diversas frentes².

Chesneaux ressaltava ainda com isso que a reflexão histórica, tirada do monopólio dos especialistas, firmava-se como uma das construtoras de possibilidades de outros presentes que não o da dominação de uns sobre outros.

Os parágrafos acima nos causam a sensação de “velhas lições” recebidas. Em parte, tal sensação decorre da multiplicação dos jargões das últimas décadas que parecem se alinhar com as críticas de Chesneaux, proclamando histórias que falam de “pessoas de carne e osso”, que, para além do tom um tanto quanto necrodúlico e tétrico, visam um salvo conduto que intenta encobrir - pelos decibéis em que são enunciados e não pela substância de que são feitas - o aspecto predominantemente político-subversivo daquela crítica presente no livro daquele autor.

Até porque caracterizar uma perspectiva de abordagem histórica, nos parece, não equaciona as questões que nos estimulam a pensar historicamente: a partir de onde falamos, com quem falamos e, fundamentalmente, que projetos de sociedade que buscamos efetivar com o diálogo consubstanciado naquelas questões.

Como nos apontam as pesquisas aqui delineadas, o que está em questão não é sobre quem falamos, mas para quem e para que.

Afinal, nas coletâneas das curiosidades e nas celebrações das diferenças, mote dos *dates-gadgets* que denunciava Chesneaux, todos cabem: operários, sem-terras, bóias-frias, catadores de papel, pescadores, professores... Todos podem perfilar-nos um construído, usando também um jargão batido, “coro dos contentes”.

Mas, nada mais lógico do que a construção deste coro, diga-se de passagem, uma vez que estes supostos alinhamentos dão-nos a chance de observar ao vivo uma reedição que ratifica um dos elementos pontuados pelo autor aqui destacado: a historiografia é um dos campos de luta e, portanto, disputado por diferentes classes e projetos sociais.

Mas a sensação de velhas lições liga-se a outras experiências que não a

² Marco Antonio da Silva, “Prefácio”, in Jean Chesneaux, *Devemos fazer tabula rasa*, p.7.

das metáforas/bordões que invertem a perspectiva política sob a apresentação de uma “nova história” que, por vezes, trata até dos mesmos sujeitos e processos.

De fato, o mérito que reconhecemos em Chesneaux estava em colocar no holofote, a partir da academia, lições vividas, por exemplo, na tradição dos movimentos sociais há mais de dois séculos. Assim, a sensação de “velhas lições” vem não só dos mais de 30 anos da publicação do livro, mas pela longa experiência constituída nas lutas dos trabalhadores de que a reflexão histórica é parte daquelas lutas.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que uma história se consolidava, por exemplo, como disciplina acadêmica no século XIX - enfileirando na cronologia, junto às tentativas de dominação e controle social, personagens e fatos -, outras se dispunham a interpretar os processos históricos enquanto expressão das lutas de multidões contra a exploração que minorias lhes buscavam impor, em diferentes partes do mundo e sob diferentes formas, e, nesta reflexão, forjarem alternativas de outras sociedades, reiterando-lhes a condições de sujeitos do seu devir, o que incluía, evidentemente, pensar historicamente.

Para além de técnicas de investigação, temas e personagens, o que se ressalta aqui é a distinção de projetos políticos que informam estas tendências. E informam de forma difusa e diversificada, pois não se tem de antemão aquilo que se põem a construir. Até mesmo porque a pré-determinação do futuro, como a execução de um plano pré-existente também é uma das formas de subordinar a leitura da história e os sujeitos, como ressaltou Chesneaux em relação ao campo a partir do qual também falava.

Vale ressaltar neste sentido que enquanto campo da luta social, a interpretação historiográfica não se fez uníssona, nem mesmo no interior de um mesmo alinhamento político. Estiveram presentes tensões, divergências, sobreposições e capitulações ao que se pretendia contrapor. Assim, pensar historicamente vem sendo, neste campo, um processo permanente de aprendizado, no qual seus autores se reconstituem conjuntamente aos projetos que intentam.

As últimas décadas foram pródigas neste aprendizado. Diversas tentativas de tornar a história uma prática compartilhada para além dos especialistas se firmaram.

Por vezes, estas tentativas foram mais contundentes em outras “gavetas”, dentre as muitas especialidades produzidas nos últimos séculos, que não só a da história.

Por vezes, deram-se sem aqueles especialistas e fora da academia, como podemos observar nas inúmeras publicações dos movimentos populares, nas décadas de 1960 e 1970, ou nas diversas narrativas autobiográficas de

trabalhadores que relatam as experiências da classe, a partir do “chão da fábrica”, nas falas dos próprios personagens que as vivenciaram e as produziram.

Mas, por vezes, também ocorreram na prática dos historiadores de profissão, como nas tentativas de construção de propostas curriculares de História, desencadeadas, notadamente, na década de 1980, na luta pela extinção da disciplina “Estudos Sociais”, inventada pela ditadura militar para sacramentar conteúdos e práticas de ensino que consagravam conteúdos homogêneos e pré-estabelecidos em sintonia com os projetos sociais dos mandatários da vez.

Nesta luta, uma situação que se tornou emblemática no sentido de se evidenciar que a produção de sentidos para o passado é uma arena onde também se desenrolam as disputas sociais, foi o processo vivido no Estado de São Paulo, como se pode observar na elaboração de uma proposta curricular para o ensino de história, processo desencadeado por professores ligados à Coordenação de Normas Pedagógica (CENP)³. Estes professores pautavam sua proposta por uma perspectiva temática (“trabalho”, na versão apresentada em 1986), que visava estabelecer a associação entre ensino e pesquisa nas práticas das salas de aula dos, então, ensino de 1º. e 2º. Graus.

Tal proposta não passou despercebida das classes dominantes, o que evidencia, novamente, o valor atribuído a história por estes, a despeito do seu suposto desprestígio numa hierarquia composta pelas outras disciplinas escolares. A expressão disto foi a campanha de oposição desencadeada por setores da imprensa paulista, cujos títulos dos editoriais são ilustrativos do seu teor: “Proposta politiza o currículo escolar” (O Estado de S.Paulo, 25/07/1987), “A Ignorância no poder” (Folha de S.Paulo, 30/7/1987), “A Barbarização ideológica do ensino” (2/8/1987) e “São Paulo: um governo servindo à subversão da educação” (Jornal da Tarde, 4/8/1987)⁴.

A não implantação daquela proposta poderia ser interpretada como a sua derrota. No entanto, as discussões e dinâmicas que se constituíram desde então estiveram presentes na formação de inúmeros profissionais da área de história nas últimas décadas, bem como na consolidação de espaços e organizações, de forma que os elementos presentes nos trabalhos pautados

³ A equipe da CENP era constituída pelas professoras Anelise Muller de Carvalho, Cecília H. Mate, Maria Antonieta M. Antonacci, Maria Aparecida de Aquino, Maria Cândida D. Reis e Salma Nicolau, todos da rede pública estadual de ensino, assessoradas por Déa Ribeiro Fenelon (PUC-SP), Marco Antonio da Silva (USP) e Pedro Paulo Funari (UNICAMP).

⁴ O debate desencadeado por esta proposta pode ser visto em Anelise M.M. de Carvalho et alli, “Aprender quais histórias?”, in *Revista Brasileira de História*, n. 13; Déa Ribeiro Fenelon, “Sobre a proposta para o ensino de história de 1º. grau”, in *Revista Brasileira de História*, n.14; Marcos A. da Silva, “A Impaciência do preconceito e o coro dos contentes”, in *Revista Brasileira de História*, n.14; Pedro P. de A. Funari, “Antiguidade, proposta curricular e formação uma cidadania democrática”, in *Revista Brasileira de História*, n.14; e Marcos A. da Silva (org.), *Repensando a história*. SP: Marco Zero, s/d.

por aqueles professores ligados à CENP, articulados e informados numa série de outras situações e experiências da classe trabalhadora, contribuísssem para firmar a produção do conhecimento histórico e a prática do historiador como algo indissociável, até porque constituinte, das lutas políticas contemporâneas, tanto “no campo do poder” quanto no “das lutas populares”, este último com o qual reiteramos nosso compromisso.

Não poderíamos concluir este relato sem aludirmos à Déa Ribeiro Fenelon, historiadora que em grande medida nos fez aprender, na sua prática cotidiana, aquela relação indissociável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1994.

CARVALHO, Anelise M.M. et alli. “Aprender quais histórias?”, in *Revista Brasileira de História*, n. 13, set/1986 – fev/1987. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1987.

COORDENAÇÃO DE NORMAS PEDAGÓGICAS (CENP) – Governo de São Paulo. *Proposta Curricular para o ensino de história*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1986.

DAVI, Elen Patrícia de Jesus Silva. *Trabalhadores na fronteira: experiências de sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990-2006)*. Marechal Cândido Rondon: Programa de Mestrado em História/UNIOESTE, 2007.

FENELON, Déa Ribeiro. “Sobre a proposta para o ensino de história de 1º. grau”. in *Revista Brasileira de História*, n.14, março/agosto de 1987. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1987.

MANARIN, Odirlei. *Peões da barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. Marechal Cândido Rondon: Programa de Mestrado em História/UNIOESTE, 2007.

MASCHIO, Maralice. *Experiências dos trabalhadores das Lojas Pernambucanas no contexto da reestruturação produtiva (1970 – 2000)*. Marechal Cândido Rondon: Programa de Mestrado em História/UNIOESTE, 2007.

MEDEIROS, Adriana de Carvalho. “*Nóis era umas escravas! E se a gente não briga? Era pió*”. Experiências de luta e classe das operárias metalúrgicas de São Paulo e São Bernardo do Campo, entre as décadas de 1970 e 1980. Marechal Cândido Rondon: Programa de Mestrado em História/UNIOESTE, 2007.

SCHMITT, Judite Veranise. *Os Atingidos por Itaipu: história e memória*. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Marechal Cândido Rondon: Programa de Mestrado em História/UNIOESTE, 2007.

SILVA, Marcos A. da. “A Impaciência do preconceito e o coro dos contentes”. in *Revista Brasileira de História*, n.14, março/agosto de 1987. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1987.

SILVA, Marcos A. da (org.), *Repensando a história*. SP: Marco Zero, s/d.

FUNARI, Pedro P. de A. "Antiguidade, proposta curricular e formação uma cidadania democrática", in *Revista Brasileira de História*, n.14; março/agosto de 1987. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1987.

Artigo recebido em 08/07/2008

Artigo aceito em 08/08/2008